

TRIBUNAL PLENO**PUBLICAÇÃO DE ATO****RESOLUÇÃO*****RESOLUÇÃO Nº 15.535, DE 21/10/2020**

Processo nº 201505018-00 (Juntado ao Processo nº 120012003-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Palestina do Pará – Prestação de Contas

Exercício: 2003

Assunto: Recurso Ordinário

Responsável: Valciney Ferreira Gomes

Instrução: 5ª Controladoria

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

Membro/MPCM: Maria Regina Cunha

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. PREFEITURA MUNICIPAL DE PALESTINA DO PARÁ. EXERCÍCIO 2003. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. PARECER PRÉVIO PELA IRREGULARIDADE. VALORES EM ALCANCE. RECOLHIMENTOS AOS COFRES MUNICIPAIS. MULTAS AO FUMREAP.

Vistos, relatados e discutidos os autos que tratam de Recurso Ordinário à decisão deste Tribunal exarada por meio da Resolução nº 11.715, de 20.01.2015, que emitiu parecer prévio pela reprovação da Prestação de Contas da prefeitura municipal de Palestina do Pará, de responsabilidade do Sr. Valciney Ferreira Gomes, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, inclusive com a decisão do voto de vista da Conselheira Mara Lúcia, por unanimidade.

DECISÃO: em tomar conhecimento e dar provimento parcial do Recurso, com a exclusão das irregularidades sanadas, redução do valor lançado à conta “Agente Ordenador”, alteração dos valores das multas, e manutenção da decisão recorrida. Devendo o mesmo efetuar os seguintes recolhimentos:

Ao Erário Municipal:

I – R\$ 1.286,05 (um mil, duzentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta “Agente Ordenador”, devidamente atualizado;


II – R\$ 1.078,20 (um mil, setenta e oito reais e vinte centavos), referente a devolução pelo pagamento a maior aos Gestores Municipais (sendo R\$ 634,08 ao Prefeito e R\$ 444,12 ao Vice-Prefeito).

Ao FUMREAP/TCM, instituído pela Lei nº 7.368/2009:

I – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva dos RGF's dos 1º e 2º semestres, por violação ao Art. 5º, Inciso I, e §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000;

II – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela remessa intempestiva da LDO, LOA, prestação de contas dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do Art. 120-B, I, II, III e IV do RITCM/PA;

III – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento do Art. 7º, da Lei nº 9.424/97, e pelos valores incorretos na demonstração das variações patrimoniais e no balanço orçamentário e patrimonial, nos termos do Art. 120-A, II, do RITCM-PA.

***Republicada por ter saído com erro o Exercício 2010 da Resolução, no dia 11 de maio de 2021.** 

Protocolo: 35356

INSTRUÇÃO NORMATIVA**DETERMINAÇÃO PLENÁRIA****INSTRUÇÃO NORMATIVA**

Nº 13/2021/TCMPA, de 26 de maio de 2021.

EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos de acompanhamento das ações municipais de vacinação para a COVID-19, que integra o Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará para Enfrentamento da Pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS”, no exercício de 2021.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato nº 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o cenário de crise na saúde pública mundial e brasileira, iniciada em 2020, em virtude da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19);



CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso das vacinas Sinovac / Butantan e Janssen e concedeu registro às vacinas AstraZeneca / Fiocruz e Pfizer / Wyeth.

CONSIDERANDO o início da campanha de imunização, com a elaboração pelo Ministério da Saúde, do Informe Técnico “**Campanha Nacional de Vacinação contra a COVID-19**”, no qual são expostas as diretrizes e orientações técnicas e operacionais para a estruturação e operacionalização da campanha nacional de vacinação contra a COVID-19;

CONSIDERANDO o dever que se impõe a toda a rede de controle externo dos Poderes Públicos, na busca de medidas que venham a concorrer para o melhor enfrentamento da pandemia, sejam através de medidas pedagógicas, normativas e, ainda, de monitoramento das ações de atuação dos entes federativos, em tudo observado o melhor interesse público;

CONSIDERANDO neste sentido, as recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, fixadas nas **Recomendações CNPTC n.º 01, 02 e 04/2021**, notadamente quanto à recomendação de ações de monitoramento que assegurem a execução, efetividade e transparência do Plano Nacional de Vacinação, em direta observância às diretrizes e normativas expedidas pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO ainda, a continuidade ao Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no exercício de 2021, aprovado nos termos da **IN nº 01/2021/TCMPA** e complementado, nos termos da **IN nº 04/2021/TCMPA** e da **IN nº 09/2021/TCMPA**;

CONSIDERANDO o poder normativo conferido ao TCM-PA, nos termos do art. 2º, inciso II, da LC n.º 109/2016, para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto no art. 314 do RITCM-PA (Ato 23), sob o qual se estabelece que o acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para: examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial e avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCM-PA, em consonância com o art. 314 do RITCM-PA c/c art. 4º da Recomendação nº 04/2021-CNPTC, o *Acompanhamento* de 15 (quinze) municípios com foco na Campanha de Vacinação contra a COVID-19.

Art. 2º. A Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação – CSE/DIPLAMFCE, baseada em critérios técnicos de auditoria (risco, relevância e materialidade), selecionará os 15 (quinze) municípios que serão avaliados quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Parágrafo único. A relação dos municípios selecionados, prevista no *caput* deste artigo, receberá prévia avaliação e homologação do Colegiado, em reunião administrativa, observadas as prerrogativas e competências de prevenção jurisdicional.

Art. 3º. A execução do acompanhamento poderá ser realizada por meio de inspeções *in loco*, reuniões virtuais, questionários online, informações disponíveis em banco de dados internos ou abertos, ou ainda à distância, por meio digital, e outras técnicas de auditoria.

Art. 4º. Os Prefeitos Municipais, os Secretários Municipais de Saúde e, ainda, os respectivos responsáveis pelos Controles Internos, serão notificados quanto aos eventuais achados do acompanhamento e/ou recomendações consignadas TCM-PA, fixando-se prazo de até 10 (cinco) dias para apresentação de informações



quanto às providências adotadas, com vistas a normalização das ações esperadas do Executivo Municipal.

Art. 5º. Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo do TCM-PA (DIPLAMFCE), na forma da Resolução Administrativa n.º 01/2021/TCMPA, a competência para expedição de notificações e/ou outras comunicações aos Prefeitos Municipais e/ou responsáveis pelos Controles Internos do Executivo Municipal, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas por esta Instrução Normativa.

Art. 6º. As manifestações encaminhadas ao TCM-PA, nos termos do art. 5º, serão recepcionadas pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação, que elaborará os relatórios de acompanhamento, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.

Art. 7º. O fornecimento das informações, na forma estabelecida nesta Resolução Administrativa e junto ao respectivo Edital de Notificação, é obrigatório a todos os Prefeitos Municipais, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCM-PA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício de 2021, na forma da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno (Ato 23).

Art. 8º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas posteriormente, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC n.º 109/2016¹ c/c art. 698, inciso II, alíneas “a”, “b” e inciso III, alínea “a” do Regimento Interno do TCM-PA (Ato 23)².

Art. 9º. A prestação de informações falsas, com inconsistências de dados, ou ainda, com outras irregularidades que venham a ser detectadas após análise dos achados do Acompanhamento, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM-PA.

Art. 10. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 11. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 26 de maio de 2021.



¹ **Art. 72.** O Tribunal poderá aplicar multa de até 33.000 UPFPA - Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Pará, ou instrumento substitutivo equivalente, aos administradores e gestores da coisa pública, nos seguintes casos:

IV - Por obstrução ao livre exercício de fiscalização do Tribunal;

V - Por sonegação de processo, documento ou informação necessários ao exercício do controle externo;

VII - Pelo não encaminhamento de relatórios, documentos e informações a que está obrigado por força de lei ou de ato normativo do Tribunal, no prazo e na forma estabelecidos;

² **Art. 698.** O Tribunal poderá aplicar multa de até 33.000 (trinta e três mil) UPF/PA – Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará, ou

instrumento substituto equivalente, aos administradores ou responsáveis que lhes são jurisdicionados, nos termos dos incisos I a VII, do art. 3º, da LC nº 109/2016, nos seguintes casos e observados os percentuais desse montante:

II - até 16.500 (dezesesseis mil e quinhentas) Unidades Padrão Fiscal:

a) por obstrução ao livre exercício de fiscalização do Tribunal;

b) por sonegação de processo, de documento ou de informação necessária ao exercício do controle externo;

III - até 11.000 (onze mil) Unidades Padrão Fiscal:

a) pelo não encaminhamento de relatórios, documentos e informações a que está obrigado por força de lei ou de ato normativo do Tribunal, no prazo e na forma estabelecidos.

